



Um novo olhar para independência do Brasil: análise do livro “Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá”

Rodrigo Dias Fernandes¹
Christianni Cardoso Morais²

FERNANDES, R. D.; MORAIS, C. C. **Um novo olhar para independência do Brasil:** análise do livro “Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá”. *História Social*, vol. 20, p. 01-20, e025005, 2025

Resenha de: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). **“Independência do Brasil”:** as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 224 p.

Após a Proclamação da República (1889), as representações sobre nossa Independência (1822) foram divulgadas a partir de abordagens positivistas ou celebratórias, enfatizando a figura heróica de D. Pedro I como capaz de garantir a unidade política e a ideia do evento como um momento de glória para o país. A obra de Varnhagen, escrita no século XIX

¹ Graduado em História, Mestre em Educação pela UFSJ e Professor de História do Ensino Fundamental da prefeitura de São João del Rei. E-mail: paivafernandesmiu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8050-0256>

² Graduada em Filosofia pela UFSJ, Mestre em Educação e Doutora em História pela UFMG, Professora Associada do Departamento das Ciências da Educação da UFSJ. E-mail: tianni@ufsj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6083-0864>

e publicada postumamente em 1916 (2019)¹ e a de Oliveira Lima (1922)² são bons exemplos disso. Essa visão tem sido combatida, especialmente por historiadores como Jancsó e Pimenta (2000)³, que mostram que o evento da Independência não corresponde necessariamente à constituição de uma nação. Durante as comemorações dos 200 anos da Independência, ficou evidenciado que, ainda nos dias de hoje, o tema é controverso e objeto de disputas por diferentes versões da História, sobretudo uma História de cunho “oficial”, divulgada por parte do Estado, nos livros didáticos e a História escrita pelos historiadores.

Na presente resenha, nos dedicamos a um livro publicado recentemente, que apresenta o protagonismo de figuras históricas que participaram dos debates e lutas sobre a Independência, mas que foram silenciadas e esquecidas, intitulado *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Organizado pela historiadora e cientista política Heloisa Starling, professora titular de História da Universidade Federal de Minas Gerais e por Antonia Pellegrino, formada em Ciências Sociais, com Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio. A obra traz contribuições de Antonia Pellegrino, Cidinha da Silva, Heloisa Starling, Marcela Telles, Patrícia Valim, Socorro Acioli e Virgínia Siqueira Starling. Lançado em agosto de 2022, o livro se divide em sete capítulos, com sete personagens históricas femininas, pouco conhecidas mesmo no meio especializado. E conta com poético pós-fácil escrito pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Convidamos os leitores a conhecer um pouco de cada uma dessas sete mulheres. Em nossa análise, tomamos a liberdade de não seguir a sequência apresentada pelo livro e optamos por reagrupar os capítulos

¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019. 634 p.

² LIMA, João Manuel de Oliveira. **O movimento da Independência (1821-1822)**. São Paulo: Melhoramentos, 1922. 376 p.

³ JANCÓSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: formação: histórias: a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000. p. 127-175.

seguindo uma cronologia relacionada a três blocos de acontecimentos relevantes para o processo de independência do Brasil: a Conjuração Mineira, de 1789; a Revolução Pernambucana e seus desdobramentos, de 1817; e os anos que antecederam e sucederam o Grito do Ipiranga, em 1822.

Uma das personagens históricas da obra, apresentada por Starling, se chamava Hipólita Jacinta Teixeira de Melo. Nasceu em 1748, onde hoje é o município de Prados (Minas Gerais). Filha de proprietários de terras, fazia parte da elite da capitania. Como afirma a autora, Hipólita recebeu uma educação letrada, fora dos padrões da época e se casou com 33 anos, em um casamento não arranjado. Seu marido, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, foi oficial no Regimento da Cavalaria de Minas em 1775, no qual se alistou Tiradentes. Foi um dos inconfidentes condenados à morte, mas sua pena foi convertida a degredo perpétuo na África. Hipólita participou ativamente das reuniões dos inconfidentes em sua fazenda, na Ponta do Morro, inspirados pela independência das treze colônias dos Estados Unidos e cansados dos altos impostos e da “Derrama”. Porém, a revolta foi abafada antes mesmo de ser deflagrada, tendo sido repreendida exemplarmente pela coroa portuguesa. Hipólita, apesar de não ser arrolada no Auto da Devassa que condenou os inconfidentes, não foi esquecida pelo Governador das Minas, Visconde de Barbacena e teve seus bens penhorados. Ela enviou cartas para libertar os inconfidentes presos, usou de sua influência e rede de contatos, conseguindo reaver grande parte de seu patrimônio. Mesmo possuindo um protagonismo equiparável ao dos demais inconfidentes, Hipólita Jacinta permaneceu quase invisível nos relatos históricos sobre a Conjuração Mineira.

Em outra região do Brasil, tempos mais tarde, como afirma Pellegrino, “Recife era um paiol de pólvora naquele abril de 1817”⁴. Os revolucionários almejavam que a Revolução Pernambucana se espalhasse para o interior

⁴ PELLEGRINO, Antonia. Bárbara de Alencar, heroína do Crato. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022, p. 61.

e, nesse contexto, encontramos a próxima personagem histórica do livro: Bárbara de Alencar, “Heroína do Crato”. Filha de mãe indígena e pai português, Bárbara de Alencar envolveu-se diretamente na Revolução Pernambucana de 1817. No dia 3 de maio, após a leitura do Manifesto dos revolucionários pernambucanos e a realização da missa solene, junto com seu filho José Martiniano de Alencar, proclamaram a independência em relação a Portugal. Os revoltosos defendiam a instauração de um regime republicano, rompendo com a subordinação à corte. Bárbara de Alencar, proprietária de engenho, aos 57 anos, abraçou a causa revolucionária e foi a principal voz feminina daquelas terras, promovendo encontros para articular a revolução e tornando-se respeitada em todo Vale do Cariri. Quando a revolta foi desmantelada, Bárbara e seus três filhos foram presos e transferidos para a prisão em Fortaleza. Ao deixar a cadeia, conseguiu reaver parte dos seus bens e viveu até os 72 anos.

No mesmo contexto da Revolução Pernambucana, outra personagem foi presa por ter participado da revolta que se espalhou: Ana Maria José de Lins, a “Dama do açúcar e combatente republicana”⁵. Apresentada por Acioli, a autora nos revela uma mulher forte, que fazia parte da elite e agia fora dos parâmetros de sua época. Foram poucos os registros encontrados sobre ela. O que se sabe é que participou não só da Revolução Pernambucana de 1817, mas também da Revolução do Equador de 1824. Ana Lins, proprietária de engenho em Alagoas, concentrava nas mãos a administração de vastas propriedades, mantendo sob seu poder pessoas escravizadas e também o comando das redes locais de poder. Assim ultrapassava as fronteiras domésticas para atuar como protagonista econômica e política. Ana Lins foi ativa em propagar as ideias revolucionárias para outros senhores de engenho, pegou em armas e lutou contra tropas portuguesas. No final do conflito, percebendo que não sairia vitoriosa, facilitou a fuga dos aliados e se deixou aprisionar. Depois de sua prisão, lutou para reconstruir suas propriedades e viveu até os 75 anos.

⁵ ACIOLI, Socorro. Ana Lins, dama do açúcar e combatente republicana. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022, p. 181.

Alguns anos após a Revolução pernambucana, em meio ao contexto de tantas revoltas e rebeliões, na cidade de Salvador, foi publicado um panfleto. Sua autora, uma menina de 10 anos chamada Urania Vanério, denunciava a violência de tropas portuguesas em matar uma freira, à “baioneta”, no convento da Lapa: “Justos céus como é possível/ Ficar impune a maldade/ De monstros que não perdoam/ Nem mesmo sexo e idade”⁶. De acordo com Valim, os panfletos naquela época eram uma forma rápida e barata de se espalhar notícias consideradas revolucionárias, mas é de se admirar que uma menina tão jovem tenha sido a autora de um deles. As publicações de Urânia continham posições políticas estabelecidas, sendo a menina reconhecida pela imprensa. Valim traz detalhes das tensões políticas e recupera uma trajetória feminina singular para o século XIX: filha de pais portugueses que possuíam um colégio na Bahia, Urânia exercia trabalho letrado, conhecia várias línguas, lutava por participação política e publicava seus escritos.

Em dezembro de 1820, a eclosão da Revolução Liberal do Porto gerou forte pressão sobre a Corte instalada no Rio de Janeiro. Sob o clamor dos liberais, D. João VI e sua família embarcaram de volta a Lisboa em abril de 1821, deixando aqui seu filho Pedro, como príncipe-regente. Nesse cenário de incertezas políticas, tornou-se mais evidente o protagonismo da próxima personagem apresentada no livro: Maria Leopoldina da Áustria. Segundo Siqueira Starling, Leopoldina agiu ativamente para que seu marido, D. Pedro I, ficasse no Brasil. Em um dos episódios mais marcantes, presidiu o conselho de estado, em 2 de setembro de 1822, quando “as deliberações dos ministros presentes apontavam em uma única direção – a separação do Brasil.”⁷ Como resultado, foram enviadas correspondências sobre o tema para D. Pedro I. Recebidas em 7 de setembro de 1822, quando estava de passagem pelo Rio Ipiranga, a alternativa encontrada foi proclamar a

⁶ VALIM, Patrícia. In: STARLING, Heloisa M.; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022, p. 92.

⁷ STARLING, Virgínia Siqueira. A coroa que lhe cabe: Leopoldina e a aventura de fazer um Brasil. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022, p. 170.

Independência e romper os laços com Portugal. Com participação ativa na cena política, D. Leopoldina se tornou Imperatriz, mas sua atuação foi, por muito tempo, posta em silêncio.

Entre 1822-1825, em meio ao período de transição da Independência do Brasil, soldados portugueses queriam reconquistar o país, travando batalha contra as tropas de D. Pedro I. Os embates pela Independência entre 1822 e 1823 se deram em diversas províncias, mas mais intensamente e de maneira mais prolongada na região que hoje conhecemos como Nordeste, tendo sido a Bahia peça chave sob o ponto de vista das operações militares. Na ilha de Itaparica e no Recôncavo baiano, onde se encontrava o exército brasileiro, tropas leais a D. Pedro I estavam em clara desvantagem frente às forças portuguesas. A solução foi recrutar voluntários livres para se juntarem ao exército, o que atraiu libertos e também escravizados fugidos das fazendas, na expectativa de serem recompensados com a alforria. Nesse contexto, viveu Maria Felipa de Oliveira: “a mulher que veio do mar e ruminava fogo”⁸, segundo as memórias da população da Ilha de Itaparica. A escritora Silva nos revela, sob o ponto de vista da literatura e das memórias, uma mulher negra, que lutou pela liberdade contra Portugal, que queria reconquistar a província da Bahia enviando 42 embarcações com grande arsenal. Maria Felipa, a princípio, trabalhava como sentinela relatando os passos dos portugueses no litoral, mas foi além: traçou um plano para expulsar os portugueses que chegavam lentamente em embarcações ao litoral. O plano, posto em prática, foi reunir cerca de 40 mulheres seminuas, que atraíram os soldados portugueses, os quais se despiram. Os soldados foram surrados pelas mulheres com facões e folhas de cansaço, planta que causava queimaduras por todo o corpo. Enquanto esses fugiam sem roupa pela floresta, homens colocaram fogo nas embarcações portuguesas, frustrando o plano lusitano de invasão. Silva trabalha com

⁸ SILVA, Cidinha. Maria Filipa de Oliveira: a mulher que veio do mar e ruminava fogo. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022, p. 108.

o conceito de imaginário e busca, a partir da análise de outras produções sobre Maria Felipa e da memória popular, desconstruir o efeito de exotismo criado por historiadores e literatos acerca dessa mulher. Busca significados mais alargados dos papéis e ações empreendidos por Maria Felipa: o que é ser pescadora, marisqueira, ganhadeira, o que simboliza jogar capoeira e pertencer ao Candomblé na sociedade oitocentista na Bahia.

Em outro ponto da Bahia, se apresenta a última mulher protagonista do livro: Maria Quitéria. Neste caso, Telles nos descreve uma jovem filha de proprietários de terras, que se junta clandestinamente às tropas em defesa da Independência, com o nome de seu cunhado e vestindo roupas masculinas. Relatos afirmam que Maria Quitéria lutou com bravura contra tropas portuguesas e que suas habilidades de tiro e montaria fizeram diferença nas batalhas. No início de 1823, já não restavam dúvidas de que ela era mulher e, em vez de ser punida por ter se passado por outra pessoa, foi presenteadas com dois saíotes e uma espada, e sua farda foi ajustada. Com o fim da guerra, foi para o Rio de Janeiro, sendo agraciada por D. Pedro I com a honra de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Ao iluminar trajetórias femininas até então subalternizadas ou silenciadas na narrativa da Independência, a obra organizada por Starling e Pellegrino se insere em um movimento mais amplo de revisão historiográfica, revelando “os diferentes papéis assumidos pelas mulheres durante as independências, rompendo com o silenciamento de uma história até então contada pelo crivo de supostos heróis masculinos”⁹. Conforme destacou Jancsó há algum tempo, em *Independência: História e Historiografia*¹⁰, o processo de emancipação do Brasil foi marcado por múltiplas experiências, conflitos regionais e disputas de memória, muito além do mito unificador do “Grito do Ipiranga”. A independência não

⁹ SILVA, Ana Rosa Cloquet da; CID, Gabriel. As independências no Brasil e na América Hispânica: história, memória e historiografia 200 anos depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 91, p. 17-51, set./dez. 2022, p. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YzqjLX47LznBjp7FLp45RVw/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

¹⁰ JANCÓS, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005.

foi um evento único, mas um processo plural, permeado por tensões sociais, étnicas e de gênero. Assim, o livro aqui apresentado dá um passo adiante ao buscar o debate com trabalhos já publicados e novas fontes historiográficas que visam a reconstruir experiências femininas, apesar da fragmentação e escassez dessas fontes nos arquivos.

As fontes utilizadas pelas pesquisadoras incluem Autos de Devassas da Inconfidência Mineira, Ordenações Filipinas, testamentos, inventários, periódicos, panfletos, correspondências, relatos de viajantes e as memórias da população da Ilha de Itaparica. Ao abordarem questões sociais e políticas de relevo, as autoras oferecem um quadro bem situado dos contextos históricos nos quais as trajetórias e ações das mulheres analisadas foram construídas. Os capítulos apresentam narrativas históricas instigantes, ao entrelaçarem as histórias das mulheres (tomadas como casos exemplares) aos acontecimentos políticos, tanto locais quanto mais gerais. A análise documental se dá a partir da “escala” individual, sem perder de vista a inserção das histórias de protagonismo dessas mulheres no contexto patriarcal, desigual e escravista dos séculos XVIII e XIX, no qual a participação feminina na política era proibida. Assim, são evidenciadas as complexas relações sociais e políticas que mulheres de distintas camadas da sociedade estabeleceram com seus contextos no processo de luta pela Independência.

A obra resenhada dialoga com o debate público em torno da memória nacional e com outras publicações que vieram a lume em comemoração aos 200 anos de nossa Independência, dentre as quais destacamos *Várias Faces da Independência do Brasil*, organizada por Chaves¹¹ e *O movimento da Independência: homens e mulheres na conquista da autonomia nacional, organizada por Régio*¹². Assim como nos demais livros mencionados, a Independência do Brasil é entendida como um processo político diverso,

¹¹ CHAVES, José Inaldo. (org.). **Várias Faces da Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

¹² RÉGO, André Heráclio do (org.). **O movimento da Independência: homens e mulheres na conquista da autonomia nacional**. Curitiba: Appris, 2023.

plural e em nada pacífico, com participação de diversos agentes e camadas sociais.

O livro *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*, possibilita, a partir da perspectiva de diversas pesquisadoras/escritoras, que os leitores ressignifiquem a inserção política das mulheres, enfatiza suas ações e lutas e recusa o lugar de subalternidade. A reconstrução das histórias individuais em contexto, sem dúvida, colabora não só para a expansão dos estudos sobre a temática da Independência, bem como sobre a História das Mulheres no Brasil.

Referências

ACIOLI, Socorro. Ana Lins, dama do açúcar e combatente republicana. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022, p. 181.

CHAVES, José Inaldo. (org.). *Várias Faces da Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022. 208 p.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005. 934 p.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou aponta mentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: formação: histórias: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000. p. 127-175.

LIMA, João Manuel de Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. 376 p.

RÊGO, André Heráclio do (org.). *O movimento da Independência: homens e mulheres na conquista da autonomia nacional*. Curitiba: Appris, 2023. 218 p.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da; CID, Gabriel. As independências no Brasil e na América Hispânica: história, memória e historiografia 200 anos depois. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, n. 91, p. 17-51, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YzqjLX47LznBjp7FLp45RVw/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 223 p.

STARLING, Virgínia Siqueira. A coroa que lhe cabe: Leopoldina e a aventura de fazer um Brasil. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; PELLEGRINO, Antonia (orgs.). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 170.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019. 634 p.

Recebido em: 07/04/2025

Aceito em: 27/10/2025